

O Médio Tejo dos meados do século IX à primeira metade do século XIII: Militarização e Povoamento

Filipa Santos
Universidade de Lisboa

Resumo

A investigação que se propõe desenvolver tem como objectivos principais estudar a organização do território, os sistemas de povoamento e as estruturas militares existentes num vasto território que designámos Médio Tejo, numa longa diacronia que se inicia no século IX e termina na primeira metade do século XIII. Assim, e visando o conhecimento da rede de povoamento, a organização militar e o ordenamento do território, procurar-se-á encontrar as rupturas e/ou continuidades que marcaram tais processos antes e depois da conquista da linha do Tejo e do território envolvente.

Abstract

Our research is on the organization of the territory, the settlement systems and the existing military structures in the vast territory known as Middle Tagus Valley, in a long diachronic perspective begins in the ninth century and ends in the first half of the thirteenth century. In order to understand the settlement networks and military organization, we will try to find the ruptures and/or continuities that have marked these processes, before and after the conquest of the "Tagus line" and the surrounding territories.

O Médio Tejo dos meados do século IX à primeira metade do século XIII: Militarização e Povoamento, título da nossa dissertação de Mestrado em História Medieval, visa compreender a evolução dos sistemas de povoamento e as estruturas militares no Médio vale do Tejo, no período de transição do mundo muçulmano para o cristão. Procurámos, portanto, através das fontes disponíveis, construir uma visão diacrónica deste território que, no século XII, devido à conquista militar cristã e consequente mudança de poderes políticos, se transformou em fronteira, e entender eventuais processos de continuidades e/ou rupturas.

Assim, começámos por definir um espaço geográfico que tem como limites, a jusante, a área de influência setentrional de Santarém; e, a montante, a área de influência de Açafa (Ródão); a norte, na margem direita do Tejo, incluímos os vales do Nabão e do Zêzere na confluência com o Tejo, seguindo o Zêzere até à Foz de Cambas, a sul da Serra da Gardunha, e daí em linha recta até ao rio Erges; e a sul, na margem esquerda, considerámos a área a norte de Santarém até Ponte de Sôr, continuando em linha recta até Marvão e daí ao rio Sever até confluir no Tejo.¹ Os limites mencionados enquadram-

¹ O que corresponde grosso modo aos actuais concelhos de Santarém, Torres Novas, Tomar, Vila Nova da Barquinha, Constância, Abrantes, Sardoal, Vila de Rei, Mação, Proença-a-Nova, Vila Velha de Rodão, Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Nisa e Gavião. No que concerne aos limites territoriais, considerámos as seguintes cartas de demarcação dos séculos XII e XIII: doação do castelo de Ceras, datada de 1159 [Rui de Azevedo, *Documentos Medievais Portugueses*, vol. I, 1.º tomo – Documentos Régios (Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1958): 344-345]; doação de Idanha e Monsanto à Ordem do Templo, datada de

se geograficamente na nossa definição de Médio Tejo, ou seja, o seu curso entre o rio Sever e Santarém.

No que respeita à cronologia, estabelecemos como *terminus a quo* do nosso estudo o século IX, e como *terminus ad quem* os meados do século XIII. A escolha do primeiro marco temporal prende-se com o facto de datarem desse período as mais antigas referências escritas muçulmanas sobre a região em estudo. Relativamente ao século XIII, optámos pelo fim do reinado de Sancho II, quando o Médio Tejo se apresenta como um território já estabilizado do ponto de vista militar.

Definidos o objecto de estudo, a geografia e a cronologia, centrámo-nos nas fontes disponíveis, tanto muçulmanas como cristãs. A fim de compreender as dinâmicas e as estruturas do espaço tagano, sobretudo no que se refere à ocupação do espaço, partimos das fontes muçulmanas coevas, analisando primeiramente as geográficas e as de carácter cronístico/historiográfico, sendo que as primeiras nos dão informações sobre o espaço e a organização territorial, enquanto as últimas nos relatam os acontecimentos cronísticos considerados mais relevantes ocorridos no mesmo. A produção textual árabe, sobretudo a geográfica, é aquela que mais informação nos dá sobre o espaço de análise do Médio Tejo. No entanto, e apesar de essenciais para que possamos cartografar os modelos de ocupação do território, estas fontes apresentam algumas lacunas, sobretudo se considerarmos a construção do discurso geográfico muçulmano que, como lembra Maíllo Salgado, não é mais do que a “refundição” de obras anteriores.² Embora a expressão do autor nos pareça redutora, tal refere-se ao facto de os autores muçulmanos citarem e reproduzirem constantemente os seus antecessores, de forma acrítica, sem interpretarem os textos, baseando-se no elemento da autoridade. Com efeito, é mesmo possível construir uma estratigrafia da produção textual árabe, não só em relação às obras geográficas, como também às cronísticas.

As mais antigas descrições árabes referentes especificamente ao *Gharb al-Andalus* datam do século X, designadamente as obras de Ibn Istarik, Ibn Hawqal³ ou Al-Razi (AH.274/888-AH.344/955), redigidas durante o reinado de Abd al-Rahman III. A geografia árabo-andalusa teve como autor primordial Muhammad Al-Razi, cuja obra *Ajbar muluk al-Andalus*⁴, influenciou os geógrafos e historiadores muçulmanos ocidentais, entre os quais destacamos Al-Udri (AH.393/1003-AH.478/1085)⁵, Al-Bakri (AH.405/1014-AH.487/1094)⁶, Al-Idrisi (AH.493/1100-AH.560/1165)⁷, Ibn Galib (m. AH.571/1175)⁸, Ibn Sa’id al-Magribi (AH.610/1213-AH.685/1286)⁹, o Anónimo da obra *Dikr Bilad al-Andalus* (século XIV-XV)¹⁰ e Al-Maqqari (AH.986/1578-AH.1041/1631).¹¹

1165 [Idem, ibidem, 370]; carta de confirmação da doação do Castelo de Tomar, do castelo do Zêzere, do castelo da Cardiga e de uma vinha na foz do Zêzere, junto ao castelo, datada de 1169 [Idem, ibidem, 389]; doação de Abrantes e seus termos à Ordem de Santiago, em 1173 [Idem, ibidem, 417]; doação da Herdade de Guidintesta [Rui de Azevedo, Avelino de Jesus Costa, Marcelino Rodrigues Pereira, *Documentos de Sancho I (1174-1211)* (Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 1979): 112]; a doação da cidade de Idanha-a-Velha e seus termos à Ordem do Templo, em 1197 [Idem, ibidem, 160]; doação da Herdade de Açafa de 1199 [Idem, ibidem, 181-182]; e o foral da Egitânia datado de 1229, no qual estão limitados os seus termos [PMH, *Leges*, vol. I, fasc. IV: 313-316].

² F. Maíllo Salgado, *De Historiografía árabe* (Madrid: Abada Editores, 2008), 86.

³ Autor de duas importantes obras: *Configuración del mundo*, trad. e índices por Maria José Romani Suay (Valência: Anubar Ediciones, 1971) e *Opus geographicum*, ed. J. H. Kramers (Leyde: Brill, 1939).

⁴ Cfr. Diego Catalan y M.^a Soledad de Andres, *Fuentes Cronísticas de España: Crónica de moro Rasis* (Madrid: Ed. Gredos, 1975).

⁵ Luis Molina, «Las dos versiones de la Geografía de Al-Udri», *Al-Qanṭara* vol. III (1982): 249-297.

⁶ Redigiu a *Geografía de España* (Kitab al-Masalik wa-l-Mamalik, Zaragoza: Anubar Ediciones, 1982).

⁷ *Geografía de España*, ed. de Antonio Ubieto Arteta (Valência: Anubar Ediciones, 1974).

⁸ Joaquín Vallé Bermejo, «Una descripción d España de Ibn Galib», *Anuário de Filologia* (1975): 369-389.

⁹ *La Conquista de Al-Andalus [Fath al-Andalus]*, trad. de Mayte Penelas (Madrid: CSIC/Instituto de Cooperación con el Mundo Árabe, 2002).

¹⁰ Luis Molina (ed.), *Una Descripción Anónima de Al-Andalus [Dikr Bilad al-Andalus]*, tomo I – Edición; tomo II – Traducción y estudio (Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas/Instituto Miguel Asín, 1983).

¹¹ *The History of the Mohammedan Dynasties in Spain, extracted from the Nafhu-t-Tib min Ghosni-l-Andalusi-r-Rattib wa Táríkh Lisánu-d-Dín ibni-l-Khattib*, trad. Pascual de Gayangos, int. Michael Brett, 2

Também entre os autores orientais, a influência de Al-Razi foi notória, como podemos observar em Yaquut (m. AH.626/1228)¹², Al-Qazwini (AH.600/1203-AH.682/1283)¹³, Abu-l-Fida (AH.672/1273-AH.732/1331)¹⁴, e Al-Qalqashandi (AH.756/1355-AH.821/1418).¹⁵

A geografia árabe fornece-nos informações diversas como a organização territorial e administrativa, as relações de dependência entre as várias estruturas organizativas, os núcleos populacionais, as origens dos grupos étnicos, a economia, o sistema militar e as redes de comunicação que vigoravam no período muçulmano. Os geógrafos árabes são unânimes em centrar a sua descrição no elemento estrutural para a organização territorial, que é a cidade (*madina*). A quase totalidade dos catálogos geográficos limita-se a elencar as várias cidades que constituem o país descrito, esquecendo o mundo rural. A geografia árabe é, portanto, a geografia das cidades, pelo que as descrições geográficas do *al-Andalus* se focam, sobretudo, no mundo urbano, herdado do Império Romano.

Todavia, e apesar da importância das fontes geográficas, os modelos de povoamento que se desenvolveram no Médio Tejo não podem ser conhecidos na sua totalidade sem o contributo da cronística, dado que as crónicas árabes nos deixaram testemunhos que indiciam a existência de grupos populacionais no território antes da “Reconquista” cristã. As crónicas muçulmanas são, geralmente, de carácter aulico, focadas nos feitos bélicos dos príncipes. A produção historiográfica muçulmana que mais nos importa é aquela produzida sobretudo nos séculos X, por Ibn Hayyan¹⁶, e nos séculos XII, XIII e inícios do XIV, por cronistas como Ibn Sahib Al-Sala (século XII)¹⁷, Ibn Al-Athir (1160-AH.630/1233)¹⁸, Abd Al-Wahid Al-Marrakushi (século XII-XIII)¹⁹, Ibn Idhari Al-Marrakushi²⁰ (século XII-XIV), Al-Himyari (século XIV)²¹, Ibn Abi Zar²² ou a crónica anónima *Al-Hulal al Mawsiyya*²³, datada do século XIV. Nas crónicas de duzentos e de trezentos existe um particular enfoque nos episódios bélicos que ocorreram no *Gharb* no último quartel do século XII, protagonizados pelos príncipes magrebinos da dinastia

vols. (facsimile de London, The Oriental Translation Fund of Great Britain and Ireland, 1840; London/New York: Routledge/Curzon, 2002).

¹² Gamal Abd al-Karim, «La España Musulmana en la Obra de Yaquut (siglos XII-XIII). Repertorio enciclopédico de ciudades, castillos y lugares de al-Andalus, extraído del Mu'jam al-buldan», *Cuadernos de Historia del Islam* 6 (1974): 13-315.

¹³ *El Occidente de al-Andalus en el Atar al-bilad de Al-Qazwini introd.*, trad. e notas F. Roldán Castro (Sevilha: Ediciones Alfar, 1990).

¹⁴ *Géographie d'Aboulféda*, trad. M. Reinaud (Paris: L'Imprimerie Nationale, 1868).

¹⁵ *Al-Qalqashandi, Subh al-A'sha fi Kitabat al-Insha*, trad. de Luis Seco de Lucena e índices por María Milagros Carcel Ortí (Valência: Anubar Ediciones, 1975).

¹⁶ *Al-Muqatis min anba ahl al-Andalus*, ed. Mahmud Ali Makki (El Cairo: 1390/1971).

IBN HAYYĀN, *Crónica de los Emires Alhakam y 'Abdarrahman II entre los Años 796 y 847 [Al-muqtabis II-1]*, trad., notas e índices de Mahmud 'Ali Makki e Federico Corriente (Zaragoza: Instituto de Estudios Islámicos y del Oriente Próximo, 2001).

IBN HAYYĀN, *La Primera Década del Reinado de Al-Hakam I, según el Muqtabis II,1 de Ben Hayyan de Córdoba*, ed., trad. e notas de Joaquín Vallvé Bermejo e F. Ruiz Girela (Madrid: Real Academia de la Historia, 2003).

¹⁷ Ibn Sahib Al-Sala, *Al-Mann bil-Imama*, est. preliminar, trad., e índices por A. Huici Miranda (Valência: Anubar Ediciones, 1967).

¹⁸ Ibn Al-Athir, *Annales du Magreb et de l'Espagne* ([s.l.]: Elibron Classics, 2006).

¹⁹ Al-Wahid Al-Marrakushi, *Kitab al-Mu'ayb fi Taljis Ajbar al-Magrib*, trad. Ambrosio Huici Miranda, Colección de Crónicas Arabes de la Reconquista, vol. IV (Tetuán: Editora Marroquí, 1955).

²⁰ Ibn Idhari al-Marrakushi, *Al-Bayan al-Mugrib fi ijtisar ajbar Muluk al-Andalus wa al-Magrib* (La Exposición Sorprendente en el Resumen de las Noticias de los Reyes del Andalus y del Magrib), tomos I – Los Almohades. Trad. española de Ambrosio Huici Miranda, Tetuán: Editora Marroquí, 1953-1954).

²¹ *La Péninsule Ibérique au Moyen-Âge d'après le Kitab ar-Rawd al-Mi'tar fi Habar al-Aktar d'[...]* (texte arabe des notices relatives à l'Espagne, au Portugal et au Sud-ouest de la France, publié avec une introduction, un répertoire analytique, une traduction annotée, un glossaire et une carta par Évariste Lévi-Provençal, Leiden: Brill, 1938).

²² Ibn Abi Zar', *Rawd al-Qirtas*, trad. e anot. de Ambrosio Huici Miranda, 2 vols. (Valência: Anubar, 1964).

²³ *Al-Hulal al-Mawsiyya*, trad. e anot. de Ambrosio Huici Miranda, 2 vols. (Tetuán: Editora Marroquí, 1951).

almóada, e que tinham como principal objectivo submeter os poderes regionais do *al-Andalus*, assim como também travar os fossados cristãos em território muçulmano. No que se refere ao território em estudo, as campanhas mais narradas são a de 1184, com o ataque ao castelo de *Fonch* e a Santarém, este último marcado pela morte do califa Yaqub, e a de 1189-1190, na qual o seu filho Yusuf atacou a cidade de *Shantarin*, atravessou o Tejo, destruiu o castelo de *Turrush* e cercou o castelo de *Taman*.

Relativamente às fontes cristãs, e para que possamos estudar os processos e dinâmicas da ocupação do território no período imediato à conquista da «linha do Tejo», procurámos nas chancelarias de Afonso Henriques e Sancho I os documentos relativos a doações territoriais ou forais. A consulta de tais arquivos permitiu o levantamento de dados relevantes para o nosso estudo, principalmente no que se refere à distribuição do território conquistada aos muçulmanos, dado que estes documentos fornecem informações relativas à ocupação do espaço. As delimitações territoriais, presentes tanto nas cartas de doações como nos forais, permitem-nos visualizar a implantação de uma nova organização administrativa do espaço.

A chancelaria régia, porém, não foi o único arquivo documental considerado no nosso estudo, pois uma outra importante fonte foi a chancelaria da Ordem de Cristo, na qual ainda se encontram preservados alguns documentos referentes à Ordem do Templo, datados do século XII e XIII, e que nos fornecem informações relativas a doações régias e particulares (herdades, casas, vinhas, oliveiras, bens, dinheiros, armas, etc.), contratos de compra e venda, contratos de enfiteuse e também forais. O conjunto destes dados é fundamental no exercício de compreender e conhecer a fixação desta Ordem Militar na “linha do Tejo”, dado que os Templários foram, efectivamente, a Ordem que mais território recebeu na região, estabelecendo-se como um dos mais importantes poderes, quer do ponto de vista jurídico-económico, quer do ponto de vista militar.

Os limites definidos nestas cartas, tanto as da chancelaria régia como as da Ordem do Templo, permitiram-nos conhecer a toponímia atestada na documentação coeva. As referências toponímicas foram consideradas neste estudo porque consideramos que permite, dentro de certos limites, apontar para possíveis redes de ocupação do espaço, ao nível de povoamento e das estruturas militares. Assim, e para que possamos mapear os vestígios da presença muçulmana no Médio Tejo, procedeu-se à recolha de topónimos nas fontes supra mencionadas com o objectivo de averiguar a sua origem etimológica, dado que estes nos revelam a memória da ocupação do espaço, podendo, desse modo, demonstrar a existência de comunidades muçulmanas e/ou moçárabes na região no período imediatamente anterior à reconquista. Esta escolha prende-se com o facto de muitos dos topónimos hoje existentes, apesar da origem etimológica árabe, serem de época posterior. A existência de um topónimo árabe não significa, portanto, a ocupação física de um determinado espaço, dado que muitos dos topónimos foram atribuídos depois da “Reconquista”. Todavia, não considerámos apenas os topónimos atestados na documentação cristã referente à cronologia em estudo, analisámos igualmente os topónimos mencionados nos textos árabes, ou seja, aqueles anteriores ao século XII.

Recorremos, ainda, à consulta de crónicas, relevantes sobretudo no que se refere aos aspectos militares, bem como à arqueologia, que apesar de fornecer informações vitais, como a existência de populações muçulmanas em cidades como Tomar ou em Idanha-a-Velha, é ainda muito incipiente para outros territórios do Médio Tejo.

O conjunto das fontes reunidas permitiu-nos verificar que as referências explícitas à geografia que escolhemos são escassas, não só para o período muçulmano como também para o período cristão. No entanto, a recolha e tratamento das fontes, particularmente as provenientes das chancelarias cristãs, permitiram não só a constituição de uma base de dados relativos a doações régias e particulares às Ordens Militares que se estabeleceram no Médio Tejo, como também a elaboração de mapas que demonstram a fixação dos novos poderes na região. A cartografia mostra-se, pois, como uma ferramenta premente, na medida em que nos permite visualizar a evolução da ocupação do espaço e a sua rede de povoamento. Tais ferramentas revelam-se essenciais na elaboração de hipóteses e na resposta às mesmas, designadamente: Era o Médio Tejo povoado

no período muçulmano? E que níveis de povoamento existiam? Como se organizava a rede de povoamento? E de que forma se articulava com as estruturas militares? Apesar do domínio muçulmano existiam comunidades moçárabes em alguns dos territórios do Médio Tejo, ou este encontravam-se ermos? O que mudou com a conquista cristã? Houve um aproveitamento das estruturas militares muçulmanas? Ou o fenómeno de militarização da “linha do Tejo” na segunda metade do século XII foi uma criação das Ordens Militares? E as comunidades permaneceram ou o território foi colonizado pelos cristãos? E de que forma se organizava este território de fronteira? São algumas das questões que procurámos desenvolver na nossa dissertação.

No que concerne aos estudos, no panorama da historiografia nacional existem algumas obras relativas à região; no entanto, centram-se em áreas específicas e tratam outras cronologias, focando-se sobretudo na Baixa Idade Média²⁴. Apesar de essenciais, estes estudos versam sobretudo sobre a história local, enquanto esta investigação pretende analisar uma macro-região, a do Médio Tejo. Também os trabalhos desenvolvidos nos últimos anos centram-se, principalmente, no período “pós-Reconquista” e nos séculos subsequentes, ao contrário da nossa dissertação, que procura mostrar a evolução dos sistemas de povoamento e estruturas militares num território de fronteira na transição entre o poder muçulmano e o poder cristão.

Seguindo a nossa premissa inicial, ou seja, a evolução dos sistemas de povoamento e das estruturas militares, dividimos o nosso trabalho em três partes. Na primeira, intitulada *O Médio Tejo no período muçulmano. De meados do século IX ao XII. Territorialização e Militarização*, procurámos identificar as estruturas de povoamento (urbanas e/ou rurais) distritos, em árabe *aqalim* (pl. de *iqlim*), que seguiam o modelo romano, ou seja, eram alicerçados na cidade ou *madina* (pl. *mudun*); as *qura* (pl. de *qarya*); as aldeias (*al-day'a*); os *husun* (pl. de *hisn*, castelos), as atalaias (*at-talai'a*, pl. *tali'a*) ou as torres (*buruj*, pl. de *burj*), sendo que nos focaremos sobretudo (e guiados pelas fontes muçulmanas) na área de influência de *Shantarín*, a mais importante estrutura para o nosso espaço até ao período da “Reconquista”, e cuja importância política, administrativa, económica e militar foi transversal ao domínio muçulmano; a região da Idanha-a-Velha muçulmana (*Antanyia*), fortemente militarizada e povoada por comunidades arabo-berberes e possivelmente moçárabes que, de acordo com as fontes disponíveis, parece ter tido uma importância estratégica e económica, no decorrer dos séculos IX e X. No entanto, e apesar da vitalidade conhecida nesse período, as referências à cidade desaparecem das fontes muçulmanas a partir do século XI; e ainda nos territórios de *Taman*, *Turrush* e *Ouluj*.

Na segunda parte, que intitulámos *O Médio Tejo de 1147 à primeira metade do século XIII. Conquista e Militarização*, procurámos seguir os processos militares que possibilitaram a conquista militar do vale do Tejo, transformando este vasto território numa zona de fronteira. Com efeito, a ideia de liminaridade é central, dado que entendemos que foi a sua posição de fronteira face ao Islão que possibilitou a doação daquelas terras às Ordens Militares (designadamente Templários e Hospitalários), que aí se estabeleceram como forças-tampão ao poder muçulmano, iniciando o processo de mili-

²⁴ Referimo-nos aos casos de Tomar e Abrantes. Relativamente a Tomar, consultar, respectivamente: Manuel Silvío Alves Conde, *Horizontes do Portugal Medieval. Estudos Históricos* (Cascais: Patrimonia, 1999); Idem, «Ocupação humana e polarização de um espaço rural do Gharb Al-Andalus. O Médio Tejo à luz da toponímia árabe», *Arquipélago. História* 2.^a série, II, (1997): 353-385; Idem, «Os forais tomarenses de 1862 e 1174», *Actas do 2.º Congresso Histórico de Guimarães, vol. 4, Sociedade, administração, cultura e igreja em Portugal no século XII* (Guimarães: Câmara Municipal do Minho/Universidade do Minho, 1996): 349-381; Idem, *Tomar Medieval. O Espaço e os Homens* (Cascais: Patrimonia, 1996); Idem, *Uma paisagem humanizada. O Médio Tejo nos finais da Idade Média* (Cascais: Patrimonia, 2000). Para cidade medieval de Abrantes, veja-se: Hermínia Vasconcelos Vilar, *Abrantes Medieval. Séculos XIV-XV* (Abrantes: Câmara Municipal de Abrantes, 1988); Manuel António Morato, e João Valentim da Fonseca Moita, *Memória Histórica da Notável Vila de Abrantes*, org. e notas de Eduardo Manuel Tavares Campos (Abrantes: Câmara Municipal de Abrantes, 1981); Idem, *Memória Histórica da Notável Villa de Abrantes para Servir de Começo aos Anais do Município*, 2.^a ed. revista, introd., org. e notas críticas de Eduardo Campos (Abrantes: Câmara Municipal de Abrantes, 1990).

tarização da “linha do Tejo” através da edificação de estruturas militares. Estudámos, igualmente, os mais importantes acontecimentos bélicos ocorridos no Médio Tejo, sobretudo as ofensivas almóadas ocorridas no último quartel de século XII.

A última parte, intitulada *Algumas aproximações à Toponímia e ao Povoamento no Médio Tejo*, tem como objectivo estabelecer sugestões interpretativas em torno da toponímia relativa ao território em estudo, tencionando analisar somente as referências toponímicas atestadas em fontes coevas, tanto muçulmanas como cristãs, evitando desse modo anacronismos linguísticos e históricos. Através do estudo da toponímia procuraremos demonstrar a possível existência de estruturas de povoamento e de sistemas militares, e perceber se estes existiam antes do século XII e se continuaram no “pós-Reconquista”. Concomitantemente, pretendemos ainda conhecer as dinâmicas de povoamento instituídas pelos seus principais agentes, as Ordens Militares, através do estabelecimento de forais, aforamentos e outros contratos de carácter económico, tais como contratos de compra e venda.

A nossa dissertação procura, portanto, estudar o Médio Tejo sob uma outra perspectiva, a da territorialização e da militarização, numa visão diacrónica, centrada nos poderes muçulmanos e cristãos e noutros agentes que não o régio, como as Ordens Militares, que num território repleto de especificidades, que advêm do seu carácter de fronteira, se estabeleceram como a principal força no final do século XII e início do XIII.

Deste modo, e perante o conhecimento dos modelos, das dinâmicas e da evolução do povoamento e organização do território ocorridos no extenso e diversificado território do Médio Tejo, procurámos conhecer quais os modelos de transição ocorridos (se é que efectivamente os houve) entre as mudanças de poderes políticos.